

Editorial

No ano em que se comemora o cinquentenário do livro *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, a Revista EJa em Debate abre este número com um ensaio sobre a obra que é reconhecida mundialmente pela sua contribuição, ainda nos dias de hoje, no campo educacional, cultural e político. Escrita no exílio chileno e publicada naquele país em 1968, a obra só teve a sua primeira publicação no Brasil em 1974. É considerada a mais importante do educador brasileiro já tendo sido traduzida para mais de 30 idiomas e publicada em várias edições.

A relevância contemporânea da obra é inquestionável: em tempos em que se discute no Brasil o “Escola sem Partido” que intenciona desmerecer a posição política do professor, a leitura de uma autor que defende a educação como um ato político e afirma que o fundamento da educação como prática da liberdade está na dialogicidade é mais do que necessária. O ensaio escrito por **Eliana Cristina Bär** (IFSC) e **Gabriela Albanás Couto** (UFSC), intitulado - PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: ATUALIDADE E URGÊNCIA 50 ANOS DEPOIS – tem por objetivo suscitar reflexões acerca das contribuições da obra para a Educação, e, em especial, para a Educação Jovens Adultos (EJA). O texto traz o contexto em que o livro foi escrito assim como a sua relação com outras obras do autor a exemplo de *Educação como Prática da Liberdade* e *Pedagogia da Esperança*. Além de apresentar as diferentes fases do método proposto por Freire, as autoras chamam a atenção para a pertinência das discussões em debates educativos contemporâneos, assim como para a urgência de ações que resultem numa educação para a consciência e a construção da democracia em seu sentido mais profundo, preocupações essas presentes na obra analisada.

Rosa Maria Garcia Monaco Paiva (NIPHEI e SEEDUC/RJ), em ALTERNATIVA SEMIPRESENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NO CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE NITERÓI (1976-1986) analisa o processo de criação, organização e funcionamento do Centro de Estudos Supletivos (CES) de Niterói/RJ, em seu primeiro decênio (1976-1986), como modelo semipresencial, no ensino de 1º Grau, para pessoas acima de dezoito anos. Com dados ricos nos detalhes que a documentação oficial “sobrevivente” permitiu, aliados as publicações do Jornal O Fluminense, tanto para o histórico de origem dos CES, quanto para a unidade de análise, o texto detalha as questões emergentes no período militar para pensar a educação de jovens e adultos no Brasil enquanto política pública. Os CES trabalhavam com características da educação a distância (EAD), sob o modelo semipresencial, por módulos e horários disponíveis para que os alunos se enquadrassem, “respeitando” sua rotina de trabalhador, com um professor orientador que utilizava ferramentas metodológicas como “módulos didáticos, estudo dirigido, orientação individual e em grupo, o rádio, a televisão, a correspondência, a instrução programada, séries metódicas e multimeios”. A autora também detalha os motivos que levaram os

alunos a se matricularem: método semipresencial, a possibilidade de montar horários diferenciados - conforme a necessidade e no seu ritmo; tempo de conclusão (mais de 60% com duração de dois anos); objetivos para a certificação (novas conquistas como, por exemplo, cursar o 3º Grau ou um curso técnico, ingressar no mercado de trabalho, para a realização pessoal); os insucessos (90,2% dos matriculados não conseguiram atingir o objetivo final); o gênero feminino como maioria discente.

O terceiro texto desta edição, **A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EJA: SABERES, FAZERES E PRÁTICAS**, busca, como o próprio título sugere, identificar saberes, fazeres e práticas de pedagogos na EJA, a partir de suas narrativas; é uma pesquisa de **Raquel Rodrigues de Lima Simas** (UFPR) e **Ricardo Antunes de Sá** (UFPR), como resultado preliminar de um estudo exploratório realizado em 2016/2017. Utiliza uma abordagem qualitativa com aplicação de questionários para pedagogos que atuam na Educação de Jovens e Adultos - Fase I, em escolas públicas da Região Metropolitana de Curitiba (RMC); aborda três campos investigativos: identificação profissional e de formação acadêmica dos pedagogos atuantes na EJA; atuação profissional - especificidade epistemológica e profissional do pedagogo na organização escolar; e contextualização das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos pedagogos na EJA. O texto tece uma discussão bastante detalhada com o aporte teórico dos autores Haddad (2000) e Di Pierro (2001), Sá (1997, 2000, 2012), Libâneo (2002, 2004, 2012), Pimenta (2002) e Franco (2012) e traz um quadro que concentra as ideias dos teóricos analisados que enriquece o leitor. Na descrição das conclusões, os dados dos professores apontam para os desafios decorrentes de fragilidades em seus saberes teóricos e metodológicos e que estas fragilidades são resultantes, em certa medida, de lacunas na formação inicial e que se estende ao longo do processo formativo continuado, com consequências em sua prática pedagógica. Também afirmam que o profissional tem compreensão de que seu trabalho não ocorre isoladamente, mas articulado com os diferentes segmentos e agentes educativos e que suas ações precisam pautar-se a partir das especificidades da EJA.

A Educação em Direitos Humanos na modalidade EJA é uma possibilidade de garantia do direito à educação para as pessoas jovens, adultas e idosas, que não concluíram os seus estudos na idade considerada própria pela legislação. Isso é afirmado por **Andressa Luiza de Souza Mafra** (GEPEJA/UNICAMP) em **A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR PARA A MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL**. O artigo traz uma análise documental que retrata a temática da Educação em Direitos Humanos na modalidade Educação de Jovens e Adultos com o objetivo de apresentar a relação da Educação em Direitos Humanos e a modalidade EJA no Brasil. Os documentos em análise foram: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Constituição Federal (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000);

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012) e Caderno de Educação em Direitos Humanos (2013).

Em sua estrutura divide a parte teórica em quatro tópicos: conceito de educação em direitos humanos; o direito à educação para jovens, adultos e idosos no Brasil; a educação em direitos humanos no Brasil e a Modalidade EJA; e a educação em direitos humanos no Brasil. Nesses quatro textos apresentam os documentos de análise e discutem suas relações com a EJA. Nas considerações finais, os resultados da pesquisa apontam que a Educação em Direitos Humanos configura-se como uma ferramenta na construção da consciência dos sujeitos “portadores de direitos”, que atuem na sociedade e exercitem a plena cidadania. Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos no contexto da modalidade EJA é uma das formas de garantir o direito à educação para todos, sobretudo, para aqueles que ultrapassaram a idade regular de escolarização.

O artigo **RELAÇÕES DE GÊNERO NA EJA: INTERVENÇÕES COLABORATIVAS EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO**, de **Naiara de Oliveira Rosa** (UNEB) insere-se no campo das relações de gênero com a Educação de Jovens e Adultos. Um diferencial deste artigo é a colaboração como princípio de pesquisa: intervenção, pesquisa e formação como proposta metodológica, em um tópico bem detalhado e com aproximação do cenário da pesquisa, construindo os princípios para um trabalho colaborativo. Como objetivo o artigo analisou as possibilidades de construção da temática gênero na sua relação com a EJA, compartilhando espaços dialógicos da temática como estratégia para a produção de dados, realizou uma sessão coletiva de diálogo com os princípios da colaboração e da pesquisa-formação. Na estrutura do texto são apresentadas as relações de gênero na educação de jovens e adultos, tecendo alguns conceitos e as relações de gênero na EJA, com o contexto de formação no ambiente escolar. Na descrição e análise dos resultados, encontram-se detalhes das falas e discursos do processo de pesquisa, com riqueza de detalhes. As considerações finais são reflexões amplas que passam pela pertinência em discutir, dialogar e problematizar gênero com os/as partícipes da EJA. Compartilham percepções de gênero que coadunam um sentido de fazer-se e refazer-se nas várias facetas da vida, no âmbito da construção que difere de uma cultura para outra e que está interligado ao contexto pelo qual os/as partícipes foram formados, foram se constituindo: em suas casas, em suas famílias, nas relações afetivas, em diferentes contextos sociais.

Allan Costa Cunha (Centro Universitário Carioca), **Paulo Sérgio Farias** (Centro Universitário Carioca) e **Alexander Ferreira Francisco** (Centro Universitário Carioca) trazem como objetivo compreender as causas que levaram os alunos da EJA à evasão escolar, e como isso reflete as desigualdades presentes no município de Volta Grande em **A VIDA É UM DESAFIO: COMO A DESIGUALDADE SOCIAL E A EVASÃO ESCOLAR CAMINHAM JUNTAS NO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE**. O texto se estrutura teoricamente em dois pontos que se

relacionam nos meandros do seu desenvolvimento: pensar os impactos da ideologia neoliberal na educação brasileira e a evasão na escola pública brasileira. O estudo possui caráter descritivo e utiliza como instrumento a aplicação de questionário numa população de 19 discentes da EJA em turmas de ensino fundamental e médio. Para realização desse estudo, levou em consideração dados como a evasão escolar e seu histórico, a qualidade do ensino ofertado, a importância da conclusão do ensino médio para o mercado de trabalho e os dados sobre a desigualdade de renda no município de Volta Grande. Na análise dos dados, o discente é descrito como: de diferentes faixas etárias; 42% recebem menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo para sua subsistência e de sua família; apenas dois entrevistados do grupo afirmaram não possuir nenhum filho; nove alunos participantes da pesquisa tiveram de interromper os estudos antes da conclusão do 4º ano do ensino fundamental. Os alunos da EJA enfrentaram uma série de dificuldades que os afastaram da escola: as condições precárias do trabalho rural, o trabalho infantil, as dificuldades de acesso às escolas e o distanciamento entre os conteúdos e o cotidiano dos estudantes. A conclusão aponta que mesmo com 37% dos entrevistados afirmando não acreditarem na significação da escola e que os conteúdos não são aplicáveis na sua vida e no seu trabalho, todos disseram acreditar que a conclusão do ensino médio os ajudaria a se saírem melhor no mercado de trabalho e, ainda, a conquistar um emprego melhor remunerado. O estudo finaliza com a classificação dos impactos da desigualdade na escola em diferentes níveis: Constrangimento, Responsabilidade familiar, Dessignificação, Gravidez na adolescência e Marginalização. Conclui que uma política clara de combate à desigualdade de renda e de acesso à educação de qualidade pode reverter esse perverso cenário da evasão escolar.

Em PERCEPÇÕES DOS LICENCIANDOS DE PEDAGOGIA SOBRE O PROJETO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA FUNDAÇÃO TÉCNICO EDUCACIONAL SOUZA MARQUES (FTESM), **Maria Veronica Rodrigues da Fonseca, Viviane Bastos e Bárbara Terra Nova**, todas filiadas à Fundação Técnico Educacional Souza Marques, analisam a percepção de licenciandos do Curso de Pedagogia, que participaram de um projeto de extensão no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, em uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada, na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa utiliza os relatórios dos licenciandos desenvolvidos nos anos 2016 e 2017; no processo de análise foram consideradas as seguintes categorias: planejamento educacional; relação entre teoria e prática; e metodologias didáticas para a EJA. Teoricamente o texto traz a contribuição de apresentar a EJA no Brasil e como pensar a condução do processo ensino-aprendizagem na Educação de jovens e Adultos em uma perspectiva construtivista. As atividades de ensino são analisadas a partir de Projetos de Trabalho que tiveram os seguintes temas centrais: "Identidades", "Cidadania", "Diversidade Cultural Brasileira" e "Inclusão Digital". O texto descreve os discentes e trata das matrículas e evasão (de menos de 1%).

Nas conclusões as autoras compartilham que os dados encontrados permitiram compreender que os licenciandos do curso de Pedagogia construíram uma percepção sobre a prática pedagógica na EJA como envolta em responsabilidade social e política. O projeto EJA possibilitou ainda a compreensão da história de vida dos alunos como fator primordial para o sucesso das práticas pedagógicas desencadeadas. O texto finaliza evidenciando dois desafios, um de ordem prática e outro mais estrutural: a elaboração de materiais didáticos adequados e que se constituam como desafiadores e incentivadores para os discentes da EJA; e o desafio de como lidar com alunos em diferentes níveis de aprendizagens e criar uma diversidade de estratégias de ensino que sejam eficazes para turmas multisseriadas, em que os discentes se encontram em níveis de aprendizagens muito díspares.

DIDÁTICA DA LEITURA NA EJA: O QUE AINDA REVELAM AS PRÁTICAS ESCOLARES? de **Monyque Kelly Moura Silva** (UFAL) e **Adriana Cavalcanti dos Santos** (UFAL) apresenta uma pesquisa qualitativa com estudo de caso que discorre sobre a didática da leitura na Educação de Jovens e Adultos e sua implicação na formação do sujeito leitor, com base em eventos de leituras observados em contexto escolar. Como referencial teórico apresenta a concepção de didática da leitura e seus princípios epistemológicos, a didática da leitura na EJA e as implicações da didática na formação do sujeito leitor. A análise dos dados apontam encaminhamentos didáticos com metodologias tradicionais, com texto como pretexto para a aprendizagem de conteúdos curriculares, sobretudo a metalinguagem, havendo a necessidade de desenvolver a leitura promotora de interações dialógicas, permitindo ao leitor dialogar com textos criticamente para, assim, construir novos conceitos e envolver as práticas de leituras que permeiam os diversos contextos do meio social. Para isso existe a necessidade de formações continuadas voltadas para o processo de reflexão sobre a didática da leitura fundamentada na concepção de linguagem como processo de interação, possibilitando aos professores a ação-reflexão-ação da prática pedagógica da leitura para que ponderem acerca da mediação pedagógica da leitura.

Espera-se que o conjunto de textos aqui apresentados possam contribuir com as reflexões acerca da oferta educativa para o sujeito da EJA. E, mais do que isso, que elas despertem o desejo da busca por caminhos que possam promover as transformações necessárias para a construção de uma sociedade mais justa em que as vozes dos oprimidos possam ser ouvidas e as situações opressoras transformadas.

Elenita Eliete de Lima Ramos
Coordenadora do Proeja (IFSC)

Sandra Albuquerque Reis Fachinello
Coordenadora da Comissão de Integração dos Programas Sociais – CIPS (IFSC)